

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
 Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.
 A BV Leasing encerrou dezembro/2015 com saldo de carteira de crédito de R\$ 200 milhões, ante R\$ 400 milhões em dezembro/2014. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 40% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. Em 2015, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 58,7 milhões (R\$ 128,4 milhões em 2014) e patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 0,9 bilhão em dezembro/2014).

Adicionalmente, no semestre encerrado em 31 de dezembro de 2015, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.
 A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
	31.12.2015	31.12.2014	
Ativo	31.12.2015	31.12.2014	Passivo
ATIVO CIRCULANTE	19.767.343	28.967.485	PASSIVO CIRCULANTE
Disponibilidades (Nota 4)	341	2.596	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	9.701.530	5.414.101	Recursos de debêntures
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	9.986.118	23.367.950	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)
Carteira própria (Nota 6a)	2.455	6.856	FINAME
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6a)	6.945	3.943	Instrumentos Financeiros Derivativos
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	9.976.718	23.357.151	Outras Obrigações
Operações de Arrendamento Mercantil	(17.561)	(11.783)	Sociais e estatutárias
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	185.413	301.513	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(180.132)	(292.090)	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)
Adiantamentos a fornecedores	—	3.006	Diversas (Nota 14b)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(22.842)	(24.212)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Outros Créditos	95.421	188.984	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Negociação e intermediação de valores	—	7.480	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)
Diversos (Nota 8)	95.599	183.022	Recursos de debêntures
(Provisão para outros créditos)	(220)	(1.518)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)
Outros Valores e Bens	1.494	5.637	FINAME
Bens não de uso próprio (Nota 9)	2.199	4.305	Outras Obrigações
(Provisão para desvalorizações)	(963)	(1.169)	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)
Despesas antecipadas	258	2.501	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	780.485	1.899.827	Diversas (Nota 14b)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	525.152	1.068.823	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	—	542.952	Capital
Carteira própria (Nota 6a)	—	441.419	De domiciliados no País (Nota 17a)
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6a)	—	101.533	Reservas de Lucros (Nota 17b)
Operações de Arrendamento Mercantil	(2.993)	(7.593)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 17c)
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	31.603	118.974	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(30.703)	(117.155)	
Adiantamentos a fornecedores	—	486	
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(3.893)	(9.895)	
Outros Créditos	527.881	533.458	
Diversos (Nota 8)	527.918	533.712	
(Provisão para outros créditos)	(37)	(254)	
Outros Valores e Bens	264	3	
Bens não de uso próprio	375	—	
(Provisão para desvalorizações)	(164)	—	
Despesas antecipadas	53	3	
PERMANENTE	255.333	831.004	
Investimentos (Nota 10)	14.685	9.019	
Outros investimentos	21.862	13.937	
(Imparidade acumulada)	(7.177)	(4.918)	
Imobilizado de Uso	—	—	
Outras imobilizações de uso	186	186	
(Depreciações acumuladas)	(186)	(186)	
Imobilizado de Arrendamento	213.108	802.406	
Bens arrendados (Nota 11a)	439.711	1.301.044	
Superveniência de depreciação	60.716	503.234	
(Depreciações acumuladas)	(287.319)	(1.002.532)	
Diferido	27.540	19.579	
Perdas em arrendamentos a amortizar (Amortização acumulada) (Nota 11a)	37.812	34.228	
(10.272)	(14.649)		
TOTAL DO ATIVO	20.547.828	30.867.312	TOTAL DO PASSIVO
			20.547.828
			30.867.312

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)						
	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
	Capital Realizado	Legal	Expansão	Outras		Total
EVENTOS	998.800	32.344	296.158	78.173	—	1.405.475
Reversão de reserva de expansão	—	—	(296.158)	—	—	(296.158)
Dividendos	—	—	—	(78.173)	—	(78.173)
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	1.386	1.386
Redução do capital social (Nota 17a)	(126.000)	—	—	—	—	(126.000)
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	128.399
Destinações:						
Reserva legal	—	6.420	—	—	—	(6.420)
Dividendos (nota 17c)	—	—	—	—	—	(76.925)
Juros sobre o capital próprio (Nota 17d)	—	—	—	—	—	(25.700)
Reserva especial de lucros	—	—	—	19.354	—	(19.354)
Saldos em 31.12.2014	872.800	38.764	—	19.354	1.386	932.304
Mutações do período	(126.000)	6.420	(296.158)	(58.819)	1.386	(473.171)
Saldos em 30.06.2015	872.800	40.270	19.354	—	—	28.624
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	28.542
Destinações:						
Reserva legal	—	1.427	—	—	—	(1.427)
Juros sobre o capital próprio (Nota 17d)	—	—	—	—	—	(29.000)
Reserva especial de lucros	—	—	—	26.739	—	(26.739)
Saldos em 31.12.2015	872.800	41.697	19.354	26.739	—	960.590
Mutações do período	—	1.427	—	26.739	—	(458)
Saldos em 31.12.2014	872.800	38.764	—	19.354	1.386	932.304
Reserva de expansão	—	—	19.354	(19.354)	—	—
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	(1.386)	(1.386)
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	58.672
Destinações:						
Reserva legal	—	2.933	—	—	—	(2.933)
Juros sobre o capital próprio (Nota 17d)	—	—	—	—	—	(29.000)
Reserva especial de lucros	—	—	—	26.739	—	(26.739)
Saldos em 31.12.2015	872.800	41.697	19.354	26.739	—	960.590
Mutações do período	—	2.933	19.354	7.385	(1.386)	28.286

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)						
	2º semestre		Exercícios			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receitas	1.723.804	3.966.563	1.746.383	4.000.664	4.777.420	4.792.572
Receita da intermediação financeira	—	—	—	—	19	—
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias (Nota 15a)	—	—	—	—	—	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7f)	(10.242)	(22.432)	(10.242)	(22.432)	(34.713)	(34.713)
Outras receitas/despesas (Nota 15d/15e/16)	(12.337)	(11.669)	(12.337)	(11.669)	19.542	19.542
Despesas da Intermediação Financeira	(1.638.276)	(3.721.954)	(1.638.276)	(3.721.954)	(4.214.019)	(4.214.019)
Insuomos Adquiridos de Terceiros	(11.308)	(19.314)	(11.308)	(19.314)	(31.880)	(31.880)
Materiais, água, energia e gás (Nota 15c)	—	—	—	—	(1)	(1)
Serviços de terceiros (Nota 15c)	(5)	(7)	(5)	(7)	(9)	(9)
Processamento de dados (Nota 15c)	(2.451)	(5.183)	(2.451)	(5.183)	(5.749)	(5.749)
Comunicações (Nota 15c)	(5)	(18)	(5)	(18)	(17)	(17)
Serviços de vigilância e segurança (Nota 15c)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(1)
Propaganda e publicidade (Nota 15c)	(34)	(174)	(34)	(174)	—	—
Serviços do sistema financeiro (Nota 15c)	(131)	(362)	(131)	(362)	(1.317)	(1.317)
Serviços técnicos especializados (Nota 15c)	(3.694)	(7.369)	(3.694)	(7.369)	(6.617)	(6.617)
Emolumentos judiciais e cartorários (Nota 15c)	(233)	(700)	(233)	(700)	(607)	(607)
Outras (Nota 15c)	(4.754)	(5.499)	(4.754)	(5.499)	(17.579)	(17.579)
Valor Adicionado Bruto	74.220	225.295	74.220	225.295	531.521	531.521
Despesas de amortização/depreciação (54.431)	(54.431)	(145.633)	(54.431)	(145.633)	(320.701)	(320.701)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	19.789	79.662	19.789	79.662	210.820	210.820
Valor Adicionado a Distribuir	19.789	79.662	19.789	79.662	210.820	210.820
Valor Adicionado Distribuído	19.789	79.662	19.789	79.662	210.820	210.820
Pessoal	—	—	—	—	430	0,20%
Salários e honorários (Nota 15b)	—	—	—	—	398	—
FGTS	—	—	—	—	32	—
Impostos, Taxas e Contribuições	(8.780)	-44,36%	20.925	26,27%	81.910	38,85%
Federais	(22.660)	—	5.799	—	65.348	—
Estaduais	13.516	—	14.239	—	15.350	—
Municipais	364	—	887	—	1.212	—
Remuneração de Capitais de Terceiros	27	0,13%	65	0,08%	81	0,04%
Aluguéis (Nota 15c)	27	—	65	—	81	—
Remuneração de Capitais Próprios	28.542	144,23%	58.672	73,65%	128.399	60,91%
Juros sobre o capital próprio	29.000	—	29.000	—	25.700	—
Lucro retido	(458)	—	29.672	—	102.699	—

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES
 A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.
 As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os beneficiários dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.
 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN reconhecem os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicáveis: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa - Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, cuja adoção será iniciada em 1º de Janeiro de 2016.
 A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.
 Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes materiais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:
 CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.
 A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2016.
Declaração de Conformidade
 Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.
Informações para efeito de comparabilidade
 Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:
 • Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos em 31 de dezembro de 2014.

- Reclassificação de Provisão para operações de crédito e Provisão para operações de arrendamento mercantil para Provisão para outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Balanço Patrimonial			
	31.12.2014		
	Divulgação Anterior	Reclassificação	Saldo Reclassificado
Operações de Arrendamento Mercantil	(9.059)	(10.314)	(19.373)
Arrendamento a receber - Setor privado	433.539	(13.052)	420.487
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(410.211)	966	(409.245)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(35.879)	1.772	(34.107)
Outros Créditos	712.128	10.314	722.442
Diversos	704.648	12.086	716.734
(Provisão para Outros Créditos)	—	(1.772)	(1.772)
Demonstração do Resultado	—	—	—
	Exercício/2014		

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
 As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.
 As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
 A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).
Superveniência/Insuficiência de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência/Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.
Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:
Lucro - reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.
Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.
 As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

h) Despesas Antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.
 Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.
 A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.
 Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.
 Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.
 A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente
Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.
Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10%.
Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.
Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade
 A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.
 Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos
 Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20%
COFINS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%
⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.	

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

A Companhia reconhece o imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
 Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
 As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	341	2.596
Disponibilidades em moeda nacional	341	2.596
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	9.701.530	5.414.101
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	9.701.530	5.414.101
Total	9.701.871	5.416.697

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	31.12.2015	31.12.2014	
Aplicações no Mercado Aberto			
Revendas a liquidar - posição bancada	9.701.530	5.414.101	
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.414.101	
Letras do Tesouro Nacional	1.812.859	-	
Notas do Tesouro Nacional	5.291.090	-	
Debêntures	2.597.581	-	
Total	9.701.530	5.414.101	
Ativo circulante	9.701.530	5.414.101	
b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
	2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
Rendas de aplicações no mercado aberto	393.750	661.446	565.013
Posição bancada	393.750	661.446	565.013
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	4
Total	393.750	661.446	565.017

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
 Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
	Sem Vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
1 - Títulos para negociação	-	955	5.990	6.945	6.945	-
Títulos Públicos	-	955	5.990	6.945	6.945	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	955	5.990	6.945	6.945	-
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.455	-	-	2.455	2.455	-
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	2.310
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	2.310
Títulos Privados	2.455	-	2.455	2.455	2.455	-
Cotas de Fundos de Investimentos	2.455	-	2.455	2.455	2.455	-
Total (1 + 2)	2.455	955	5.990	9.400	9.400	2.281

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
	Sem Vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Carteira própria	2.455	-	2.455	446.414	448.275	1.861
Vinculados à prestação de garantias	-	955	5.990	6.945	6.945	420
Total	2.455	955	5.990	9.400	553.751	2.281

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
	Sem Vencimento	A Vencer em até um ano	A Vencer entre 1 e 5 anos	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação	-	955	5.990	6.945	6.945	9.659
Títulos disponíveis para venda	2.455	-	-	2.455	2.455	541.811
Total	2.455	955	5.990	9.400	553.751	553.751

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
Carteira própria	2.455	-	2.455	6.856	441.419	448.275
Vinculados à prestação de garantias	-	6.945	-	3.943	101.533	105.476
Total	2.455	6.945	2.455	10.799	542.952	553.751

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.12.2015		31.12.2014	
	Sem Vencimento	181 a 360 dias	Sem Vencimento	181 a 360 dias
1 - Títulos para negociação	-	955	-	5.990
2 - Títulos disponíveis para venda	2.455	-	2.455	26%
Valor contábil/mercado da carteira	9.400	100%	553.751	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	393.750	661.446	565.017
Títulos de renda fixa	550	60.610	(15.681)
Aplicações em fundos de investimento	75	129	82
Total	394.375	722.185	549.418

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD
 A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revisados periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.
 A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.
 A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.
 A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos
 Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.
 O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 - Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

	31.12.2015	31.12.2014
	Valor de Referência	Valor de Mercado
Por Indexador		
Contratos de Futuros		
Compromissos de compra	-	-
Cupom cambial	-	522.684
Compromissos de venda	135.056	1.384.062
DI	135.056	318.732
Moedas	-	-
Cupom cambial	-	516.161
Contratos de Swaps		
Posição Ativa	5.563.000	24.502
DI	5.563.000	22.926
Pré-fixado	-	1.576
Posição Passiva	3.650.000	(261)
DI	-	-
Pré-fixado	3.650.000	(261)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	18.120.787	9.950.901
Box de opções - Pré-fixado	18.120.787	9.950.901

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

	31.12.2015	31.12.2014
	Valor de Referência	Valor de Mercado
Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180
Futuro	14.485	41.084
Contratos de <i>swaps</i>	-	28.575
Box de opções	-	31.341
Total	18.120.787	21.234.795

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2015)

	31.12.2015	31.12.2014
	BM&FBovespa Balcão	Instituições financeiras
Futuros	135.056	-
Swap	-	-
Box de Opções	-	-
Total	135.056	18.120.787

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	6.945	3.922
Notas do Tesouro Nacional	-	101.554
Total	6.945	105.476

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.12.2015	31.12.2014
Hedge de Risco de Mercado	31.12.2015	31.12.2014
Instrumentos de Hedge		
Passivo	-	318.732
Futuro	-	318.732
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	-	290.440
Operações de arrendamento mercantil	-	290.440

⁽¹⁾ O *Hedge* foi descontinuado em dezembro de 2014.
 A Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das expos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)

g) Concentração das Operações de Arrendamento Mercantil

	31.12.2015	% da Carteira	31.12.2014	% da Carteira
Maior Devedor	80.676	41,53%	78.136	18,00%
10 Maiores devedores	144.720	74,49%	163.015	38,59%
20 Maiores devedores	159.351	82,02%	191.970	45,45%
50 Maiores devedores	164.217	84,53%	210.515	49,84%
100 Maiores devedores	165.314	85,09%	217.922	51,59%

h) Informações Complementares

	31.12.2015	31.12.2014
Montante de créditos aditados/renegociados no período	566	2.068
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	26.456	31.161

⁽¹⁾ Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	541.618	577.875
Devedores diversos - no País	-	2.293
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22c)	20.690	13.064
Impostos e contribuições a compensar	45.410	111.402
Impostos e contribuições a recuperar	11	14
Valores a receber de sociedades ligadas	14.824	-
Títulos e créditos a receber	964	12.086
Total	623.517	716.734
Ativo circulante	95.599	183.022
Ativo não circulante	527.918	533.712

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2015	31.12.2014
Bens não de uso próprio	2.574	4.305
Veículos e afins	2.574	4.305
(Provisão para desvalorização)	(1.127)	(1.169)
Despesas antecipadas	311	2.504
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	298	2.401
Despesas de serviços do sistema financeiro	12	4
Outras	1	99
Total	1.758	5.640
Ativo circulante	1.494	5.637
Ativo não circulante	264	3

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua origem.

10. INVESTIMENTOS

	31.12.2015	31.12.2014
Investimentos por incentivos fiscais (Imparidade acumulada)	21.862	13.937
Total	(1.777)	(4.918)
Total	14.685	9.019

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2015	31.12.2014
Bens Arrendados	439.711	1.301.704
Veículos e afins	3032.784	1.154.129
Máquinas e equipamentos	94.652	127.132
Móveis	3.379	2.383
Instalações	416	1.637
Sistemas de processamento de dados	8.480	16.423
Superveniências de Depreciações	60.716	503.234
Depreciação Acumulada	(287.319)	(1.002.532)
Diferido	27.549	27.579
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228
Amortização acumulada do diferido	(10.272)	(14.649)
Total	240.648	821.985

b) Ajuste da Carteira
O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor presente	247.793	845.313
Credores por antecipação do valor residual	53.518	422.908
Valor presente das operações de arrendamento	194.275	422.405
(-) Valor contábil das operações	187.077	342.079
Arrendamentos a receber - recursos internos	217.016	420.487
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(210.835)	(409.245)
Valores residuais a realizar	58.802	458.592
Valores residuais a balancear	(58.802)	(458.592)
Títulos e créditos a receber	964	12.086
Bens arrendados	439.711	1.301.704
Depreciação acumulada de bens arrendados	(287.319)	(1.002.532)
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228
Amortização acumulada do diferido	(10.272)	(14.649)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	60.716	503.234

c) Depreciação Acumulada

	31.12.2015	31.12.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(287.319)	(1.002.532)
(-) Superveniência de depreciação	60.716	503.234
(=) Depreciação Acumulada	(226.603)	(499.298)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

	Remuneração ao ano	Data Captação	Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
CAPTAÇÕES					
Debêntures					
Pos-fixado	R\$ 100,00% do DI	junho/06	julho/27	19.376.063	29.101.144
Total				19.376.063	29.101.144
Passivo circulante				230.401	1.893.157
Passivo não circulante				19.145.662	27.207.987

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(35)	(35)	-
Carteira de livre movimentação	-	(35)	-
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(1.511.790)	(3.242.586)	(2.871.614)
Debêntures	(1.511.790)	(3.242.586)	(2.871.614)
Total	(1.511.790)	(3.242.621)	(2.871.614)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses Do País - Instituições Oficiais

	Taxas de Atualização	31.12.2015	31.12.2014
Programas			
FINAME		10.257	12.908
Pré-fixado	0,30% ao ano a 8,30% ao ano	10.257	12.908
Total		10.257	12.908
Passivo circulante		854	854
Passivo não circulante		9.403	11.976

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	31.12.2015	31.12.2014
Repasses do País -						
FINAME	43	811	177	9.226	10.257	12.908
Total	43	811	177	9.226	10.257	12.908

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Despesas de Obrigações por Repasses	(478)	(1.010)	(1.092)
FINAME	(478)	(1.010)	(1.092)
Total	(478)	(1.010)	(1.092)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	79.894	242.931
Impostos e contribuições a recolher	4.605	618
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	16.246	127.612
Provisão para demandas fiscais (Nota 22a)	8.824	3.247
Total	109.569	374.508
Passivo circulante	98.148	344.337
Passivo não circulante	11.421	30.171

b) Diversas

	31.12.2015	31.12.2014
Credores diversos - no País	5.282	9.442
Provisão para pagamentos a efetuar	1.060	2.538
Provisão para demandas cíveis (Nota 22a)	5.260	5.916
Ajuste a mercado operacional de arrendamento	-	1.869
Total	11.602	19.765
Passivo circulante	11.602	18.579
Passivo não circulante	-	1.186

15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Aluguéis	(27)	(65)	(81)
Manutenção e conservação de bens	(11)	(29)	(46)
Material	-	-	(1)
Processamento de dados	(2.451)	(5.183)	(5.749)
Promoções e relações públicas	-	-	(2)
Publicações	(34)	(174)	(185)
Serviços do sistema financeiro	(131)	(362)	(1.317)
Serviços de terceiros	(5)	(7)	(9)
Serviços técnicos especializados	(3.694)	(7.369)	(6.617)
Emolumentos judiciais e cartorários	(233)	(700)	(607)
Impostos e multas de bens arrendados	(599)	(1.235)	(4.847)
Comunicações	(5)	(18)	-
Outras	(4.145)	(4.237)	(12.500)
Total	(11.335)	(19.379)	(31.961)

b) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	-	-	1.883
Atualização de depósitos em garantia	1.194	1.785	941
Recuperação de encargos e despesas	762	1.373	781
Varição monetária ativa	38	840	490
Recorrimento de custos associados	106	520	3.472
Outras	161	161	-
Total	2.261	4.679	7.567

c) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Custos associados a produção - Parceiros comerciais	(756)	(2.103)	(3.582)
Provisão para passivos contingentes	(6.472)	(4.821)	-
Indenizações cíveis	(6.342)	(8.001)	(3.481)
Depósitos judiciais	-	(10)	-
Outras	-	(285)	(297)
Total	(13.570)	(15.220)	(7.360)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas não operacionais	2.041	3.133	23.768
Investimentos por incentivos fiscais ⁽¹⁾	-	-	17.721
Lucro na alienação de valores e bens	1.126	2.102	5.832
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	150	266	215
Outras	765	765	-
Despesas não operacionais	(3.068)	(4.261)	(4.433)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(2.239)	(2.259)	(1.993)
Desvalorização de outros valores e bens	(102)	(224)	(376)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(652)	(1.703)	(2.031)
Perdas de capital	(75)	(75)	(33)
Total	(1.027)	(1.128)	19.335

⁽¹⁾ Refere-se ao ganho apurado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

	31.12.2015	31.12.2014
O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 872.800, está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberada e aprovada a redução do Capital Social no montante de R\$ 126.000, sem alteração na quantidade de ações. A redução do Capital Social foi aprovada e homologada pelo BACEN em 23 de maio de 2014.		

b) Reserva de Lucros
Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão
Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros
A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Exercício/2015			Exercício/2014		
	Saldo	Movimentação	Saldo Final	Saldo	Movimentação	Saldo Final
Títulos Disponíveis para venda						
BV Leasing	1.386	(2.311)	925	-	-	925
Total	1.386	(2.311)	925	-	-	925

d) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos
Juros sobre o capital próprio em 2015, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 29.000. Em 12 de dezembro de 2014, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 25.700. A Administração propôs a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 76.925 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	Exercício/2015	Exercício/2014
Lucro líquido do período	58.672	128.399
Reserva legal	(2.933)	(6.420)
Base de cálculo	55.739	121.979
Dividendo mínimo obrigatório	13.935	30.495
Valor proposto	29.000	102.625
% sobre a base de cálculo	52%	84%

	Exercício/2015		Exercício/2014	
	Valor (R\$ mil)	Valor por Lote de Mil (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)	Valor por Lote de Mil (R\$ mil)
Lucro líquido do período	58.672	115.043,14	128.399	251.760,88
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(29.000)	(56.862,75)	(25.700)	(50.392,16)
Dividendos a pagar	-	-	(76.925)	(150.833,33)

⁽¹⁾ Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte. Em conformidade com as leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
--	------------------	----------------	----------------

—★ continuação

	31.12.2015	31.12.2014
Contingências fiscais	5.450	2.029
Contingências cíveis	15.240	11.035
Total	20.690	13.064

d) Ações Cíveis Públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações cíveis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de capital (Visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos. Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;

- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Financeiro foi de 15,07% (14,96% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,23%.

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2015.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei nº 12.973/2014 a partir do ano de 2014. Na avaliação ora realizada, não foram identificados impactos relevantes para o Conglomerado.

c) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei nº 13.097, de 20/01/2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07/10/2014, prevalecem os limites anteriores.

A DIRETORIA

Alexei de Bona - Contador - PR-036459/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre e do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.